



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

Pôrto Alegre, 29 de dezembro de 1962.

Na Universidade do Rio Grande do Sul, perante prefeitos e vereadores do Estado.

Espero que o ano de 1963 marque a continuidade de encontros como este. De outros iguais já participei em alguns Estados da Federação e a experiência que deles colhi me leva à convicção de que são de grande utilidade ao Governo Federal na solução de problemas da Nação. Acredito mesmo que inúmeras das dificuldades em que se debatem as administrações municipais, a braços muitas vezes com problemas que transcendem o limite das possibilidades orçamentárias, são, em vários casos, embora em menor amplitude, idênticas às que as altas autoridades do País têm de enfrentar.

Se nesses encontros o Presidente da República tem oportunidade de enriquecer sua experiência administrativa, tomando conhecimento dos problemas regionais que estão a exigir, para sua solução imediata, o auxílio da União, por outro lado os prefeitos, no contato que lhes é proporcionado pelo Chefe da Nação, têm oportunidade de a este dar conhecimento, sem as reservas do protocolo, das necessidades mais prementes das respectivas comunas. Dêsses encontros poderá resultar uma colaboração mais estreita entre os Governos da União e dos Estados e, particularmente, entre o Poder Federal e os Podêres Municipais, e isto será de grande interesse para a administração pública.

O esforço e o patriotismo do administrador municipal, por maiores que sejam, não lhe permitem, as mais das vezes, em razão da precariedade dos meios de que dispõe, encontrar solução adequada para os graves problemas locais. Havendo, no entanto, uma

ação coordenada entre o Governo Federal e o Governo Municipal, as soluções para tais problemas, é óbvio, serão mais fáceis.

Considero esta unidade de esforços que estamos tentando realizar, sobretudo se fôr feita com inteira abstração do espírito partidário, de marcante significação para os altos interesses do País. Para levar a cabo êste propósito, deve a autoridade federal auscultar apenas as necessidades do município, sem jamais indagar da filiação partidária do prefeito. É necessário que se convençam todos os que têm responsabilidade de âmbito federal que, tôda vez que o Governo da União vai ao encontro das necessidades de um município, nenhum favor lhe está fazendo, pois que isto constitui um dever elementar do Poder Central.

A propósito do pagamento das quotas do imposto de consumo devidas pela União aos Municípios, tenho a satisfação de comunicar aos senhores que ainda ontem, no Rio de Janeiro, depois de entendimentos com o Ministro da Fazenda e o Presidente do Conselho de Ministros, ficou estabelecido que o próprio titular da Fazenda providenciaria junto ao Tribunal de Contas da União o adiantamento dessas quotas, a fim de que os municípios recebam com a brevidade desejada os recursos que a Constituição lhes assegura no Orçamento.

Agora mesmo, ao alvorecer do nôvo ano, ao raiar das novas esperanças do povo e da Pátria, pretendemos iniciar, possivelmente com dificuldades que, por mercê de Deus, serão vencidas, uma nova administração no País. Será uma administração planejada. Dessa forma, lutaremos pela solução, tão rápida quanto possível, dos problemas mais graves que o País enfrenta.

Uma nação como o Brasil, com possibilidades extraordinárias de recuperação, nada deve temer diante de seu futuro. Ao contrário, poderá caminhar tranqüila, de olhos voltados para os dias vindouros, na certeza de que seus filhos haverão de fazer dela, quaisquer que sejam os obstáculos a transpor, um dos maiores países do mundo.

O ano de 1963 marcará o início da execução de um plano de ação administrativa — o Plano Trienal — que visa, acima de tudo, à contenção do processo inflacionário que tanto atormenta a Nação, preocupa os Podêres Públicos e angustia, com características dra-

máticas, as camadas mais empobrecidas da população. Esse plano será objetivo e realista. Por meio dêle o combate à espiral inflacionária se fará com mão segura e sem tibieza, mas com o cuidado que requer uma tarefa como essa, tão essencial ao saneamento de nossa estrutura econômico-financeira. O combate se fará — repito — com o necessário cuidado, a fim de evitar que se provoque a estagnação do País ou mesmo a diminuição do seu ritmo de crescimento. Estou certo de que poderemos realizar tal objetivo, valendo-nos dos próprios recursos, das próprias possibilidades. Não quero dizer com isto que o Brasil não deva receber com entusiasmo o capital que vem de fora, qualquer que seja a sua procedência, mas é essencial para o bem-estar do povo brasileiro que êsse capital, vindo até nós, se incorpore à economia da Nação e participe do esforço dos que lutam pela grandeza nacional. Esse tipo de capital, isto é, o que vem contribuir para o nosso desenvolvimento, encontrará entre nós apoio e estímulo, o mesmo, naturalmente, não acontecendo com aquêle que busca o País apenas com o objetivo de se multiplicar a prazo curto e às custas das dificuldades e do sofrimento da coletividade brasileira.

Um dos problemas capitais do Govêrno, na atualidade, é justamente o que se refere às dificuldades do balanço de pagamentos. Minha opinião é a de que o País não deve atemorizar-se em face de tal problema. É verdade que o valor de nossas exportações tem diminuído, mas o acontecimento não trouxe até agora nenhum desestímulo ao esforço nacional de criação de riquezas. Continuamos trabalhando cada vez mais. Temos algumas dificuldades, mas lutamos para vencê-las. Aí está o aviltamento dos preços dos artigos que exportamos. Paralelamente a êsse aviltamento temos a registrar, infelizmente, a elevação dos preços das mercadorias importadas pelo Brasil, mas, mesmo assim, o esforço nacional prossegue sem desfalecimento em busca de melhores condições de vida para o povo brasileiro. Podemos dizer que, ao fim de 62 ou no comêço de 63, nosso país terá ampliadas as possibilidades de exportação de seus produtos, com a conquista de novas áreas de comércio, o que de certo possibilitará o equilíbrio do balanço de pagamentos.

A Nação, nesta hora em que luta no sentido de sua emancipação econômica, precisa da cooperação de tôdas as classes e muito

principalmente de vós, Senhores Prefeitos, que tendes sôbre os ombros a responsabilidade da direção da coisa pública nos municípios. O Brasil precisa de vós para que auxiliéis as altas autoridades na realização do programa que visa, antes de tudo, ao progresso nacional. É preciso que ajudeis o Govêrno para que possa cumprir à risca as diretrizes básicas do Plano Trienal.

Acredito, Senhores Prefeitos e Senhores Vereadores, que o ano de 1963 será também assinalado pelo fim da chamada crise institucional que vem perturbando a vida do País desde a renúncia do meu antecessor. Creio que o nôvo ano marcará também o início de uma nova era na vida brasileira, trazendo grande soma de benefícios à coletividade nacional.

Agradeço a todos vós o compromisso que vindes de assumir nesta reunião, no sentido de promover nas vossas cidades e vilas o comparecimento maciço do eleitorado às eleições de 6 de janeiro. Neste instante, não vos peço que voteis contra ou a favor de qualquer dos dois sistemas de govêrno — o presidencialismo e o parlamentarismo. Agora, em face da determinação de prestigiardes o próximo pleito, conclamando os eleitores ao comparecimento às urnas, eu me congratulo convosco pela significativa decisão.

Uma democracia só se afirma, só se fortalece através da expressão da vontade popular. É o povo nas urnas que decide dos caminhos que deve seguir a Nação. Devo dizer-vos que, ao lutarmos juntos pelo comparecimento maciço do povo ao próximo pleito, não estamos lutando a favor de ninguém em termos pessoais. Estamos lutando a favor da democracia, do regime representativo que devemos defender. Estamos lutando, enfim, pelo Rio Grande e pelo Brasil.

Antes de encerrar esta memorável sessão, quero dizer ao povo rio-grandense que se mantenha tranqüilo, porque o ano de 1963, graças à vontade de Deus e à ajuda de tôdas as fôrças vivas da Nação, será o ano da paz e da ordem, o ano do trabalho. Conclamo, pois, o povo rio-grandense a manter-se confiante, não dando ouvidos às notícias alarmistas, lançadas periòdicamente de cidadelas sobejamente conhecidas, contra o povo e as instituições democráticas, daqueles redutos nos quais se encastela uma reduzida minoria de inconformados. Os germes da intranqüilidade, espalhados por

essa pequena minoria, jamais encontrarão abrigo no coração generoso do povo brasileiro. Podeis ficar tranqüilos, Senhores Prefeitos e Vereadores, porque o que alardeiam os pregoeiros do pessimismo não encontra guarida no seio do povo, dêsse mesmo povo que quer apenas trabalhar em paz e lutar em todos os recantos do território nacional pelo desenvolvimento de nossa economia, pela grandeza da Nação.

No plano que vamos pôr em execução estão insertas as reivindicações mais sentidas dos municípios. O Governo Federal, através dos seus diversos órgãos, inclusive o SENAM, dará a todos êles a devida assistência na solução dos problemas locais. Deverá o Governo da República aplicar, no próximo triênio, mais de 500 bilhões de cruzeiros só no Plano Nacional de Educação. Também os problemas do homem do interior estão presentes no conjunto da programação que a União levará a efeito em obediência ao Plano Trienal. Dedicaremos especial atenção aos problemas da lavoura, em particular do pequeno agricultor, o qual precisa ser assistido, tanto nas lides da produção quanto no que concerne à distribuição e colocação dos frutos de seu trabalho.

É claro que, ao lado das providências traçadas pelo Plano Trienal no âmbito do Poder Executivo, serão necessárias outras, ligadas à esfera do Legislativo. Estas completarão, em definitivo, o que o Governo pretende realizar. É evidente que o apoio, por maior que seja, que se possa emprestar ao pequeno agricultor, tem que ser complementado com medidas de profundidade, isto é, com as características das reformas estruturais básicas. Dentre elas avulta, por sua importância no conjunto dos fatores que contribuirão para o crescimento do País, a reforma agrária.

Senti-me no dever, aqui no meu Estado e na vossa presença, de fazer esta rápida exposição a respeito do Plano Trienal. Êle visa, acima de tudo, a organizar a vida do País em bases positivas e, ao mesmo tempo, disciplinar a luta, com tôdas as armas e por todos os meios, para a contenção do processo inflacionário dentro do menor tempo possível e sem o risco de ser, como já vos disse, com essa medida essencial à existência da Nação, detida a marcha do nosso desenvolvimento.